



A AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOCENTE NO CONTEXTO DA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA: UM ESTUDO A PARTIR DAS PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO

Izabel Matos de Aguiar Silva*

António José dos Santos Neto**

Resumo: A presente investigação surgiu a partir da situação vivida atualmente pela educação brasileira, no que diz respeito à avaliação do desempenho docente. Pretendeu-se conhecer a realidade de uma escola pública no Estado do Pará, através de uma pesquisa *in loco* inspirada no estudo de caso, com a finalidade de perceber como, por que e com que consequências profissionais e pedagógicas os professores daquela escola eram avaliados, mesmo que fosse apenas informalmente. No enquadramento conceitual de base foi explorado o tema da profissionalidade docente. Os objetivos principais do estudo permearam a análise sobre a avaliação do desempenho docente e suas finalidades, os instrumentos utilizados para tal avaliação e a relação deste procedimento com as propostas legais existentes. Sustentando o estudo, recorreu-se a uma abordagem metodológica mista, contemplando a utilização de questionários dirigidos aos professores da escola. Espera-se que dos resultados possam ser derivados valiosos contributos para uma melhor compreensão do processo de avaliação do desempenho docente no contexto da educação brasileira e paraense, na medida em que o tema, ainda pouco investigado, causa polémica quanto aos processos instalados. Os resultados tenderam a apontar para a necessidade de implantação definitiva do sistema de avaliação docente formal no sistema educacional paraense.

Palavras-chave: Avaliação Docente. Desenvolvimento Profissional. Escola Pública. Brasil.

1 Contextualização do estudo

Investigar na área educacional pelos campos subjetivos do contexto humano é, sobretudo, a busca de rastros deixados pelas inúmeras vertentes ideológicas que transcendem a arte de educar, exigindo do investigador a sua própria superação no que diz respeito à

* Mestre em Ciências da Educação. Docente na Secretaria do Estado de Educação, Pará, Brasil. E-mail: izajad@gmail.com

** Doutor em Ciências da Educação. Docente na Universidade de Évora. Centro de Ciências Sociais, Évora, Portugal. E-mail: antoniojneto@gmail.com

prática do amor na profissão que escolheu. O trabalho deve ser desde o início bem cultivado e enraizado, para que continue a desenvolver bons frutos por toda a vida.

Nesse contexto racional e emocional é que devemos entender a identidade profissional do docente, para o desenvolvimento de uma prática consciente e norteadora de atitudes dignas e condizentes com a realidade de cada ser humano, ávido não somente pelo conhecimento, mas, muitas vezes, por uma palavra, um olhar ou um gesto.

Materializamos este estudo na abordagem da Avaliação do Desempenho Docente, levando em consideração os professores – os grandes atores desse cenário. Procuramos diagnosticar os efeitos da avaliação do desempenho docente nos espectros profissionais e pedagógicos, traçando um perfil da realidade vivida pelos professores paraenses no que diz respeito ao processo de avaliação a que são submetidos.

A avaliação do trabalho do docente no Brasil apresenta-se ainda num estado embrionário. Vale ressaltar que o país tem instituído desde 1990 um Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), pautado em uma matriz de referência curricular, dispendo também do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) como promotor dessas avaliações.

É importante salientar que, mesmo contando já o país com órgãos direcionados à questão da avaliação do desempenho docente, as prioridades nesse nível têm sido colocadas em outras frentes, entre as quais, de acordo com Gatti (2007) se destacam o acompanhamento e a avaliação das políticas de currículo da educação básica e da formação de professores, através dos rendimentos dos alunos na Prova Brasil, medidos pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), desafiando as redes de ensino a conseguirem resultados positivos até 2021.

Dada a não obrigatoriedade da implantação de um Sistema de Avaliação do Desempenho Docente no Brasil, os Estados e Municípios do país têm acompanhado os direcionamentos prioritários dos programas de avaliação de ensino em sentidos e encaminhamentos diversos. É o que acontece, por exemplo, no Estado do Pará, e outros muitos Estados Brasileiros, os quais ainda não possuem um sistema de avaliação do desempenho docente devidamente validado, com aplicação regular e universal. Apenas há a destacar no Estado do Pará e nesse âmbito o Decreto nº 1.945 de 13 de dezembro de 2005 (Estágio Probatório) e a Lei 7.442, de 02 de julho de 2010, a qual dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) dos Profissionais da Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Estado.

É nesse sentido e enquadramento que surgiu a pesquisa que deu corpo a esta investigação, a qual teve por objeto a temática da avaliação de desempenho dos professores e que foi realizada no contexto de uma escola pública da cidade de Castanhal, no Estado do Pará, Brasil.

A investigação adquiriu, dessa forma, contornos de estudo de caso, procurando debruçar-se especificamente sobre o desenvolvimento profissional e perspectivando o modo como os professores da escola sede do estudo eram avaliados, ainda que tal avaliação pudesse ser de tipo informal.

Tendo por suporte essa opção metodológica de base, todo o processo investigativo foi desenvolvido em torno da busca de possíveis respostas para a seguinte grande questão de partida: Como, por que e com que consequências profissionais e pedagógicas por si percebidas os docentes da escola sede do estudo são avaliados?

O presente estudo abordou o universo dos professores de uma escola pública do País, situação não diferenciada das outras muitas existentes na sua totalidade. A intenção foi ouvir os professores para conhecer o que dizem, o que pensam e o que sentem em relação ao tipo de avaliação a que são submetidos.

A importância do estudo revela-se no momento em que percebemos a necessidade de uma (re)organização para a obtenção da eficiência educacional brasileira, em geral, e paraense, em particular, fato evidenciado quando encontramos as escolas públicas do Estado do Pará nos patamares inferiores do ranking nacional do Ministério da Educação (MEC). Na verdade, dentre os motivos destes baixos índices encontramos a falta de avaliação de professores, tema que, de acordo com Arredondo e Diago (2009) se transformou, nos últimos anos, em elemento de destaque central das pesquisas, o que faz os professores retornarem, ou melhor, se elevarem ao centro das preocupações e das políticas, uma vez que esse profissional se torna, segundo Estrela e Nóvoa (2007, p. 21), “insubstituível, não só na promoção da aprendizagem, mas também nos processos de integração que respondam aos desafios da diversidade e de métodos apropriados de utilização das novas tecnologias”.

Sobre o olhar da investigadora, ampliam-se os horizontes sobre o tema avaliação do desempenho docente, na medida em que ocorre o aprofundamento dos conhecimentos científicos, a capacidade de análise crítica e de reflexão sobre o tema, ocorrendo assim uma importante contribuição para as políticas educacionais no ambiente da escola investigada e fora dela.

2 Referencial teórico

Para encontrarmos o conceito de avaliação, precisamos conhecer a sua gênese e organizar algumas ideias. Como afirmam Arredondo e Diago (2009, p. 79), “o termo avaliação é proveniente do mundo empresarial”. No entanto, sabemos que, para adentrar no mundo da educação, foi necessário que o tema sofresse profunda transformação, sobretudo no que diz respeito à avaliação do desempenho docente, por seu caráter extremamente delicado.

Avaliar, na visão de Hadji (1994, p. 30), significa, por outro lado, “tentar estabelecer elos, pontes, entre diferentes níveis da realidade, sempre a marcar e a sublinhar por esta mesma operação a distância que os separa”.

O processo avaliativo deve, assim, estender o campo de visão para além do centro em diversos ângulos, com o objetivo principal de projetar um futuro promissor para o sistema educacional. De acordo com Ketele e Rogiers (1999), avaliar consiste em recolher um conjunto de informações pertinentes, válidas e fiáveis para confrontá-las com critérios adequados a cada realidade.

Entre os requisitos relacionados com a avaliação docente, Fernandes (2011) releva a necessidade de propósitos bem compreendidos entre todos os intervenientes, num processo transparente e consensual, além da competência dos avaliadores que, no dizer de Hadji (1994) deve ser comparada à de um especialista, um juiz ou um filósofo, na medida em que precisa analisar minuciosamente cada situação encontrada e saber projetar-se para uma ação adequada, julgadora, analítica e, sobretudo, interventiva para o bem do docente e da comunidade escolar.

Nesse sentido e por tudo isso, o processo avaliativo, em particular do desempenho docente, deve ser realizado com prudência, já que no contexto existe o professor, com todos os seus anseios, suas dificuldades e, principalmente, a sua conjuntura de atuação.

Faz-se assim necessário encontrar conceitos no sentido de reconstruir e fazer aplicar uma prática avaliativa que melhor atenda às necessidades do processo de ensino e aprendizagem, tendo a visão clara do objetivo avaliado e, sobretudo, esclarecendo o professor sobre o seu papel no desenvolvimento desse processo, principalmente porque na avaliação estão envolvidas, segundo Estrela e Nóvoa (1999, p.103), “mudanças nas percepções, funções e atividades”, exigindo do docente uma capacidade autocrítica e reflexiva sobre a sua prática.

Sabemos, por outro lado, que no caminho da profissionalidade docente existe o processo da identidade profissional que funciona como eixo estruturante para o desempenho

profissional. É nesse sentido que Day (1999) enfatiza que no desenvolvimento do professor devem ser considerados os aspectos psicológicos e sociais que podem encorajá-lo a realizar intervenções (mudanças) na sua vida profissional, através da compreensão dos aspectos diários do seu trabalho ao longo da carreira.

A docência é, assim, contextualizada teoricamente; porém, o trabalho docente é muito mais complexo, na medida em que é considerado, conforme Tardif e Lessard (2012, p. 17), “uma das chaves para a compreensão das transformações atuais das sociedades”.

Vale ressaltar ainda que a avaliação do desempenho parece estar diretamente relacionada com o desenvolvimento profissional do professor, quando se percebe que é com a certificação dos resultados dessa avaliação que existe a possibilidade do registro de ação, sob o ângulo de uma reflexão mais formalizada. A avaliação do desempenho docente é, na verdade, a peça fundamental e estruturante do desenvolvimento profissional, como afirma Tardif (2006) ao sustentar que a “avaliação docente permite ao avaliado lançar um olhar crítico sobre suas aprendizagens e identificar as competências e seus níveis de apropriação”.

Neste sentido, podemos também destacar o papel das organizações internacionais que vêm destacando a avaliação docente como fator imprescindível no melhoramento da educação. Dentre estas entidades, são de destacar a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a União Europeia.

A UNESCO desenvolve ações estratégicas para o fortalecimento das políticas nacionais de educação, que envolvem também a avaliação do desempenho docente, reforçando com essa prática “a capacidade dos professores para uma ação responsável e autónoma” (ESTRELA E NÓVOA, 1999, p. 100), no sentido de perceber a necessidade de inserir-se ao contexto da realidade educacional vivenciada.

Vale ressaltar que, no final do século XX, importantes estudos internacionais comparados alertaram para o problema das aprendizagens. Neste âmbito, podemos salientar o PISA (*Programme for International Student Assessment*)¹, desenvolvido pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), a partir de 1997, e também o TALIS (*Teaching and Learning International Survey*)² que, no ano de 2008, publicou o seu primeiro diagnóstico relativo ao inquérito internacional realizado sobre os ambientes de aprendizagem na escola e as condições de trabalho dos professores.

¹ Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

² Pesquisa Internacional de Ensino e Aprendizagem

Percebe-se, em síntese, que as questões relacionadas com a formação dos professores, a avaliação do desempenho docente e a qualidade do ensino e das aprendizagens estão em pauta na política internacional, sendo oportuno salientar que a importância destas temáticas tem sido umas das preocupações comuns em diversos países, membros ou não membros da União Europeia.

Ao nível do Brasil, e destacando o Pará, Região foco do presente estudo, a realidade não está muito além do restante do país, sendo esta, aliás, uma das regiões brasileiras mais acometidas pelo baixo nível na qualidade da educação. Comprovação de tal realidade é o resultado do SISPAE/2013 (Sistema Paraense de Avaliação Educacional). Segundo essa avaliação, 39,9% dos estudantes paraenses terminam o Ensino Médio abaixo do básico com relação aos conhecimentos em Língua Portuguesa e, quando se trata de Matemática, o resultado é ainda mais alarmante, já que 65,8% estão abaixo desse nível básico.

Atualmente, existe a tendência natural dos governos estaduais paraenses em avaliar os professores apenas com base num conjunto de competências, nomeadamente os resultados escolares, diagnosticados pelo SISPAE, quando, como salientam diversos autores, os resultados devem servir inicialmente apenas como ponto de referência, devendo outros aspectos, como disposições psicológicas e sociais, serem também levados em consideração no processo avaliativo.

Falando da situação dos docentes nestes últimos três anos, o Governo do Estado do Pará tem resistido quanto à implantação efetiva e completa da Lei 7.442, de 02 de julho de 2010, a qual dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Estado. Os profissionais docentes deste Estado são avaliados através do Estágio Probatório, processo feito pela chefia imediata a todo e qualquer funcionário público do Estado, nos três primeiros anos de exercício da função, que tem por objetivo medir a aptidão e a capacidade do servidor-estagiário para a realização das funções inerentes ao cargo de provimento efetivo para o qual foi nomeado.

Mesmo sendo algo necessário, visto apresentar características de acuidades trabalhistas, o estágio probatório parece não possuir grandes contribuições para o sistema educacional no sentido de avaliação do desenvolvimento docente, na medida em que as mudanças importantes para a educação devem incluir no dizer de Figel (2007) apoios contínuos no decurso da carreira docente para que esses profissionais consigam desenvolver os seus talentos, as suas habilidades e, sobretudo, estar constantemente e ao longo da vida

preparados para enfrentar os desafios que surgem a todo o momento no sistema educacional, questão essa não visualizada na educação paraense.

Na opinião de Hadji (1994, p. 23), “a avaliação deve ser um instrumento da própria ambição do homem de pesar o presente para pesar o futuro”, com o objetivo de exercer alguma influência sobre aquilo que não vem proporcionando os efeitos desejados.

Supomos que exista no Estado do Pará o desejo de implantação de avaliação do desempenho docente que atenda às vontades de mudança por parte de todos. Observamos, porém, há que reconhecer, certa imperícia, no que diz respeito à implementação definitiva desse sistema complexo.

3 Estudo empírico

O estudo empírico evoluiu com a convicção de que, na atualidade, a pesquisa no campo educacional exige, como acentua Esteban (2010, p. 19) uma “postura científica responsável e reflexiva, preocupada com as consequências da própria pesquisa”.

Levando em consideração o caminhar pessoal dentro da profissão docente e a análise da literatura sobre o referido assunto, sentimos que existe a necessidade latente de mudanças no sistema educacional brasileiro (em particular no paraense). A partir do século XXI, grande inquietação foi tomando forma no que se refere às práticas educacionais que ecoam por todo o mundo, passando a ser essa uma das grandes prioridades das políticas nacionais.

Durante a Conferência de desenvolvimento profissional de professores para a qualidade e para equidade da aprendizagem ao longo da vida, Nóvoa (2007) fez sentir que existem outras realidades que também impulsionam a reflexão e a intervenção no campo da educação, dentre as quais se contam as questões da diversidade, com as suas múltiplas facetas e os desafios instaurados pelas novas tecnologias, na busca da construção de novas pedagogias e métodos de trabalho que exigem do professor um novo olhar sobre as suas práticas, em busca de uma melhor adaptação ao contexto vivenciado.

São muitos os desafios no processo de (re)definição do desempenho docente e, nesse sentido, não é inoportuna a decisão pela temática escolhida para esta pesquisa, tendo dela emergido a própria grande questão de investigação que marcou o contexto de partida para a mesma.

A pesquisa em tela adquiriu um perfil naturalista, visto não se ter pretendido qualquer controle sobre o fenômeno em análise e não estar prevista qualquer ação interventiva na realidade em estudo.

O nosso propósito foi, com efeito, descrever e perceber as características da avaliação do desempenho docente no seu contexto *natural*, mobilizando aspectos físicos (escola), sociais (interação entre os indivíduos envolvidos no contexto e a sociedade) e psicológicos (impactos causados fomentando prejuízo das aprendizagens interativas). Além disso, buscamos as percepções dos professores sobre a temática estudada, através de instrumento empírico deliberadamente construído para o efeito (o questionário).

A estratégia de investigação que serviu de enquadramento à pesquisa foi o estudo de caso, sendo este recurso utilizado para compreender a especificidade de uma dada situação ou fenômeno, para estudar os processos e as dinâmicas da prática, com vista à sua melhoria, para ajudar um dado organismo a definir novas políticas ou ainda para formular novas teorias.

A recolha de dados teve por suporte as técnicas da pesquisa documental e do inquérito por questionário, enfatizando sempre o rigor ético sobre o objeto de investigação e o enquadramento conceitual.

Na construção do questionário, buscamos fundamentação no TALIS (*Teachers for the 21st Century – Using Evaluation To improve Teaching*)³ – estudo levado a cabo pela OCDE (Organização para Cooperação para o Desenvolvimento Económico) em 24 países, visando encontrar subsídios mais eficazes para sustentar a tese de que “a avaliação de professores pode ser uma alavanca fundamental para aumentar o foco na qualidade de ensino e do desenvolvimento profissional contínuo dos professores”.

Nesse sentido, foram realizadas seleções e adaptações das questões, com o objetivo de enquadrá-las ao contexto do ensino brasileiro. Assim, na primeira secção de perguntas, surgiu a *Informação Biográfica*, sendo utilizadas duas questões das cinco existentes no TALIS; a segunda secção envolveu o *Desenvolvimento Profissional*, utilizando-se também duas questões das cinco propostas no TALIS; e na terceira secção, intitulada *Avaliação do Desempenho Docente*, utilizaram-se dez questões, das 14 propostas pelo TALIS.

O questionário foi apresentado e validado por quatro especialistas, Professores Doutores do Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora, Portugal. Com a validação do instrumento de pesquisa pelos especialistas, passamos ao estudo-piloto e, posteriormente, à aplicação do questionário propriamente dito.

³ Professores para o Século 21 - utilizando avaliação para melhorar o ensino.

4 Síntese dos resultados

Com a aplicação do questionário, surgem as primeiras respostas às questões da pesquisa. A escola alvo da investigação foi criada em 31 de outubro de 1961, pela Lei 4.024, momento em que funcionava apenas como um grupo escolar para atender à comunidade da época. Somente a partir do ano de 1975 passou a atender a demanda do 2.º grau, como era chamado, e que hoje, com o advento da Lei Federal 9.394/96, é chamado de Ensino Médio, atendendo atualmente a 1.500 alunos.

Foram escolhidos como participantes da pesquisa os professores efetivos da escola, pois necessitávamos de uma sustentação teórica com vasta abordagem prática.

Os resultados foram organizados em cinco campos principais, relacionados com as percepções dos professores sobre o desenvolvimento profissional, sobre a avaliação do desempenho docente no geral, sobre o estágio probatório, sobre a inclusão da avaliação do desempenho docente no Estado do Pará através do PCCR e, sobretudo, através da conexão destes resultados com uma questão aberta que indagava diretamente ao professor como, por que e com que consequências profissionais e pedagógicas por si percebido estes se sentiam avaliados.

No que diz respeito às implicações das atividades de formação profissional no desempenho docente, os resultados indicaram tendência positiva, uma vez que os professores efetivos da escola consideraram que tais atividades proporcionavam importantes contributos, principalmente no que diz respeito aos cursos de extensão profissional.

Relativamente à frequência de participação dos docentes num leque variado dessas atividades de formação, os resultados já não foram tão favoráveis, dado que os professores efetivos inquiridos tenderam a revelar que, embora participassem de tais atividades, faziam-no sem grande constância. Este fato remete-nos a pensar que os participantes apresentavam um quadro escassamente reflexivo sobre a importância da formação profissional.

O estudo permitiu também salientar a percepção dos professores sobre a avaliação do desempenho docente de maneira geral, parecendo emergir uma tendência ao reconhecimento dessa prática como essencial e de suma importância no contexto educacional. Contudo, é importante frisar que na análise sobre o estágio probatório (avaliação formal após três anos de efetivo desempenho de função), a tendência foi contraditória, na medida em que os professores discordaram da relevância dessa forma de avaliação docente, parecendo

considerar escassos os contributos efetivos do estágio probatório para a qualidade do sistema educacional, uma vez que, segundo os resultados obtidos, o mesmo carecia de formalidade e mesmo seriedade.

Sobre o PCCR (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica da Rede Pública do Estado do Pará), os professores concordaram, de forma moderada, que a sua implantação traria benefícios ao desempenho profissional docente, fato que pode estar interligado à questão do estágio probatório, percebido pelos professores com certos vícios ou inadequações na sua forma prática de aplicação.

Estamos assim em crer, através da análise feita, que os parâmetros da realidade vivida, em nível de avaliação de desempenho docente, pareciam confirmar a suposição inicial da existência de uma avaliação informal e sem critérios sustentados, bastante distante da proposta do PCCR, a qual, se já devidamente posta em prática, apontaria para uma avaliação formal e teoricamente sustentada. Podemos destacar neste sentido que os professores tenderam a considerar que existe um caráter insatisfatório em relação à avaliação do desempenho docente, predominantemente informal, à qual são submetidos na escola onde foi realizado o estudo.

A partir das respostas analisadas pareceu, por outro lado, poder inferir-se que a avaliação de desempenho era realizada, em grande parte, levando em consideração a opinião dos alunos e com a contribuição do corpo diretivo e pedagógico do sistema escolar. Esse fato, de certa forma, parece não estar sendo muito aceite pela maioria dos profissionais, já que os mesmos apontam críticas à falta de ética no processo.

De outro lado, os professores parecem também “desconfiar” da forma como a avaliação (sem critérios formais) é realizada, na medida em que parecem não concordar que “todos” os professores são avaliados da mesma forma ou que os coordenadores pedagógicos contribuem positivamente para o processo.

Os professores pareceram, além disso, atestar certo grau de ineficiência quanto à equipe avaliadora, na medida em que relataram certo estremecimento da relação entre avaliador/avaliado.

A partir das respostas à questão aberta, os docentes, neste caso de forma mais flexível, tiveram a oportunidade de ratificar e fundamentar os seus estados de insatisfação face à natureza informal e assistemática do processo de avaliação de desempenho a que vinham sendo submetidos naquela instituição de ensino.

Os resultados apontaram assim para a imperiosa necessidade da implantação definitiva do sistema de avaliação docente formal no sistema educacional paraense, uma vez que surgiram indícios da não existência de critérios avaliativos sistemáticos e sustentados.

Percebemos que, para além do que foi visualizado no estudo empírico, é importante fazer referências aos documentos da escola, a partir dos quais foi, tendencialmente, possível constatar que eram neles escassas as referências explícitas à avaliação do desempenho docente, apesar de haver itens favoráveis às questões de formação e qualificação profissional para o desenvolvimento profissional.

Percebeu-se esta investigação como uma tentativa de visualizar as reais percepções e sentimentos dos que nela participaram face ao processo de avaliação de desempenho docente em que tinham estado envolvidos e suas projeções para o futuro, considerando que o desenvolvimento profissional docente se torna extensão do processo de avaliar.

Considerações finais

A conclusão do estudo nos remete a uma abordagem complexa, mas, ao mesmo tempo, instigadora de muitas problemáticas, já que, segundo Pasquay (2012) uma prática avaliativa pode simultaneamente, às vezes em tensão paradoxal, estimular o desenvolvimento de competências e, por uma questão de detalhe, provocar um bloqueio.

No caso estudado, o “detalhe” pode estar sendo o causador das contradições quanto à avaliação do desempenho docente, na medida em que “a maneira como geralmente são organizadas essas avaliações tende a impedir, paralisar, inibir ou mesmo perverter o desenvolvimento docente”.

Sabemos que a tarefa que o professor desempenha é árdua. Na visão de Tardif e Lessard (2012), não consiste apenas em cumprir ou executar, mas é também a atividade de pessoas que não podem trabalhar sem dar sentido ao que fazem, é uma interação com outras pessoas. Deve ser, sobretudo, uma possibilidade de reflexão diária sobre a sua prática diante dos novos desafios que a educação deste século enfrenta e com o “propósito claro de incluir os problemas da prática em uma perspectiva de análise que vai além de nossas intenções e atuações pessoais”

Levando em consideração os objetivos do estudo, procuramos investigar o processo de avaliação do desempenho docente em uma escola específica. O estudo empírico se deu através da tentativa de captar as percepções dos professores efetivos da instituição em estudo

e nos fez supor que poderia estar acontecendo um confronto entre *avaliação formal* e *avaliação informal*, no que diz respeito à implantação de *uma* e a aplicação (na informalidade) de *outra*, respectivamente.

Do estudo em questão, depreendeu-se que os professores (efetivos) paraenses que participaram do estudo, ao mesmo tempo em que aceitavam a avaliação do desempenho docente como essencial para o processo educativo, também expressaram níveis altos de insatisfação quanto ao processo avaliativo formal (estágio probatório) e informal ao qual vinham sendo submetidos, o que nos supõe que estariam bem distantes das propostas referenciadas pela Lei (PCCR) que pretende inserir no Estado o processo de avaliação do desempenho docente definitivamente.

Advogamos, nesse sentido, que a avaliação do desempenho docente é algo necessário para o desenvolvimento do sistema de um ensino, uma vez que a formação, o acompanhamento e a supervisão dos professores, feitos de maneira democrática, consensual, transparente e credível, poderão contribuir e, sem dúvida, não deixarão de culminar na promoção de práticas que contribuam para que a escola faça uma diferença positiva na vida dos alunos e de todo o sistema de ensino.

Referências

- ARREDONDO, Santiago, DIAGO, Jesús. **Avaliação educacional e promoção escolar**. São Paulo: Unesp, 2009. (Tradução de Sandra Martha Dolinsky).
- DAY, C. **Desenvolvimento profissional de professores**. Os desafios de aprendizagem permanente. Portugal: Porto Editora, 1999.
- ESTEBEN, Maria da Paz. **Pesquisa qualitativa em educação**. Porto Alegre: Art med, 2010. (Tradução de Miguel Cabrera).
- ESTRELA, Albano, NÓVOA, António. **Avaliações em educação: novas perspectivas**. Portugal: Porto Editora, 1999.
- FERNANDES, Domingos. Avaliar para melhorar as aprendizagens: análise e discussões de algumas questões essenciais. In: Isabel Fialho (Orgs.). **Turmamais e sucesso escolar: contributos teóricos e práticos** (pp. 81-108). Évora: Universidade de Évora, 2011.
- FIGEL, Ján. **Desenvolvimento profissional de professores para a qualidade e para a equidade da aprendizagem ao longo da Vida**. Conferência Desenvolvimento profissional de professores para qualidade e para equidade da Aprendizagem ao longo da Vida. Ministério da Educação, Lisboa, 2007.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GATTI, Bernadete, BARRETO, ELBA.(Orgs). **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011.

HADJI, Charles. **A avaliação, regras do jogo**. Porto: Porto Editora, 1994.

KETELE, Jean-Marie, ROGIERS, Xavier. **Metodologia da recolha de dados: fundamentos dos métodos de observações, de questionários, de entrevistas e de estudo de documentos**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

NÓVOA, António. **Percursos profissionais e aprendizagens ao longo da vida**. Conferência de Desenvolvimento profissional de professores para qualidade e para equidade da Aprendizagem ao longo da Vida'. Ministério da Educação, Lisboa, 2007.

PASQUAY, Léopold, NIEUWENHOVEN, Catherine (Org). **A avaliação como ferramenta de desenvolvimento profissional de educadores**. Porto Alegre: Penso, 2012.

TARDIF, Maurice, LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. 7. ed. Petrópolis: Editora, 2012.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Vozes: Petrópolis, 2002.